

Sob o signo das crises

por Jorge Nóvoa, Cristiane Nova e Soleni Biscouto Fressato

Uma das palavras mais pronunciadas nos últimos meses é a da crise. Deveríamos mesmo escrevê-la com maiúsculas: CRISE! Mas afinal o que ela significa? Trata-se de uma crise financeira e econômica apenas? É social também? E cultural? Ela é uma crise de matrizes científicas? As ciências sociais e a história e seus pressupostos teóricos podem ser considerados como estando em crise? Pode ser tratada como uma crise de época? Afinal estamos ainda na modernidade ou na chamada pós-modernidade? E o que pode significar uma ou outra formulação?

Ensaio sobre a cegueira bem que poderia ter sido pensado por nós! Ele fala da crise que está diante de nós, não da barbárie, mas da morte mesmo da chamada civilização! Tanto o filme, como a obra escrita trata de uma obviedade acachapante: só não vê quem não quer! A grande metáfora ético-humanista – e que deveria inspirar os pesquisadores das ciências sociais, é aquela que explica o porquê do recalque do que se enxerga no mundo de hoje. É também aquela que acredita que ter responsabilidade social é assumir ser leviano esconder que o enxergamos. O preço a pagar afugenta a muitos. Uma minoria aceita as

consequências. Nós precisamos ver com clareza quando a maioria não é capaz e quando boa parte não quer simplesmente enxergar. A questão maior é de saber por que esta boa parte não quer enxergar e por que ela resiste ou por que ela recalca suas visões do mundo, de que não apenas estamos numa crise, mas que ela é profunda e de consequências imprevisíveis.

Vivemos num mundo hipermediático. Estamos abarrotados de imagens, sons e, sobretudo de informações. As informações multiplicam a panacéia que encontramos nos jornais. Raramente as informações conectam os fenômenos às suas possíveis causas. Um jornalista diz que ela, a recessão, não será longa. Outro diz que não saímos do capitalismo neoliberal, ao contrário, o vemos aprofundar-se. Outro diz que ela é só estadunidense e o outro afirma ser ela apenas da especulação imobiliária. E assim a maioria não sabe o que pensar. Não por acaso muitas vezes a impressão que prevalece é de que temos muita informação, mas que não estamos informados. A crise concreta foi e vem sendo alimentada por um gigantesco descompasso entre um **PIB mundial** e real de **50 trilhões** de dólares do qual se apartou um montante de **capital fictício** de **500 trilhões** de dólares! Nós que falamos sempre que o mundo das imagens é aquele da virtualidade, nos assombramos com tal proporção! E na verdade, qualquer signo, qualquer imagem ou som que circula no ciberespaço tem um referente real, material, pelo menos em um único computador do

mundo e os tais 500 trilhões é capital fictício puro do qual apenas 10% tem referência produtiva em valores reais. O seu objetivo é fazer dinheiro a partir de dinheiro e sua valorização (ou desvalorização) se efetua principalmente nas bolsas e nos mercados de títulos. Marx se refere a sanha do capital fictício dizendo que para ele a produção real, industrial ou agrícola é sobretudo um mal inevitável. A “exterioridade” do capital fictício em relação à produção eleva o fetichismo do capital ao seu grau mais elevado e hoje esta independência é a do capital planetário no qual os elementos homogêneos e unificadores de sua lógica se sobrepõem àqueles da diferenças. Como então estranhar as proporções da crise? Por que pensar que ela é apenas americana? Entre 1971 e 2008 a economia mundial registrou vinte e quatro crises financeiras, ou o equivalente a uma crise a cada ano e meio! Ela não é só estadunidense, nem mesmo apenas européia! Ela é a maior de todos os tempos! A dimensão aterradora que alcançou, pode ser mensurada por um simples dado: os 700 bilhões de dólares que o Governo Bush pediu aprovação ao Congresso para socorrer os bancos privados que seriam gastos de um só golpe, foram gastos a cada ano da Guerra do Iraque! Ora: a mesma guerra que foi necessária para se tentar arrancar a economia americana do marasmo recessivo ajudou de modo retumbante a afundá-la num atoleiro ainda maior, porque se esta não será a última de suas crises, ela assinou o fim “definitivo” da política neoliberal, assinalando de modo ainda mais incisivo o real caráter recessivo que

se esconde por trás de muitos números. O cortejo do desemprego, mais arrocho salarial, mas super-exploração relativa e absoluta, terá, não obstante, outra contrapartida: uma inevitável contração da demanda mundial dando a esta crise de longa duração outro traço que parece ter sido o mais visível na crise de 1929: a superprodução alimentada por um subconsumo. É possível enxergar aí também que se a China parecia ser o estuário e o respiradouro da economia financeira dos grandes, particularmente através dos deslocamentos das linhas de montagem e da indústria de caráter mais manufatureiro, com a contração da demanda mundial, os limites de mais este tigre asiático parecem visíveis.

Mas o cientista social e o historiador podem enxergar muito sem que o seu *playdoyer* seja uma espécie de cantilena verbal dos "humilhados e ofendidos" contra o capital. Ao refletir sobre as causas da crise é mesmo necessário se tentar pensar como se estivéssemos fora desse mundo, como se fosse possível uma "objetividade", sem subjetividade ou como se fosse possível pensar o que se chama economia: algo só para os especialistas denominados economistas? No entanto, nas relações sócio-econômicas entram o desejo, o inconsciente, a subjetividade. Os apologistas da quantificação devem ser felicitados por suas capacidades em lidar com uma matemática da crise. Seus cálculos tão abstratos nos fazem acreditar que quantidades tão abstratas jamais seriam compreendidas por pobres mortais. Só teríamos direito a sofrer as conseqüências da crise! Entretanto, certas

quantificações da crise parecem inconscientemente quererem recalcar outra realidade: toda quantificação é também uma qualificação, para o bem e para o mal. A experiência empírica ajuda a entender que se a crise acha-se ligada ao estopim da crise imobiliária e até mesmo à lei dos impostos dos EUA de 1913 – como querem alguns analistas, não é possível não enxergarmos que pelo menos desde 1973 apenas alguns setores econômicos conseguiram crescer (indústria química e farmacêutica, de micros processadores eletrônicos, de armas, e aquele que domina o conjunto da economia mundial e todos os seus setores, o capital financeiro), sofrendo a concorrência dos diversos tráficos. Não obstante, a maior cegueira é considerar que a causa da crise ter sido os consumidores que utilizaram à exaustão o "esquema" das deduções de impostos e os contratos de **subprime** utilizados através das Tabelas Price. Veja que poderíamos pensar que o referido "esquema" foi o grande chamariz. Os contratos realizados por bancos privados para os contratos da especulação imobiliária com cliente julgados previamente inaptos para saldá-los foram utilizados à exaustão, pois o padrão de cada contrato dividia com terceiros e quartos as hipotecas da inadimplência. Isto pode bem ter sido o estopim da crise, mas não a explica na sua totalidade. A perspectiva histórica é volatilizada nesta perspectiva ou se torna uma sequência de fatos que se encadeiam linearmente fora de um contexto estrutural mais determinado.

A maior ou menor capacidade de visão pode assim ser alcançada a partir desta ou daquela perspectiva relativa. Lucien Goldmann sustenta a tese de que às vezes um pensador reacionário pode enxergar mais sobre determinada questão. Antônio Gramsci sustenta que pontos de vistas como estes devem ser integrados ainda que de modo subordinado numa formulação geral. Há quem diga que a crise dos paradigmas das ciências sociais e história é invenção de intelectuais e acadêmicos franceses! Para um breve olhar tranqüilizador da quanto a incorreção desse diagnóstico basta constataremos a sucessão quase à cada década dos modelos explicativos das nossas disciplinas: do funcionalismo ou do positivismo logo se chegou ao estruturalismo, ao pós-estruturalismo, ao relativismo ou ao pós – tudo. Por isto há bem mais de duas décadas a comunidade científica internacional vivem mais ou menos “pressionados” pela presença de uma espécie de fantasma que ronda suas cabeças como que a indagá-los permanentemente sobre a legitimidade de suas ciências, sobre a capacidade real delas apreenderem os fenômenos sobre os quais se debruçam e sobre suas possibilidades de explicá-los. Nos domínios das ciências sociais e da história tal presença vai além, questionando inclusive, não somente a utilidade social da história, mais ainda sua verdadeira natureza científica. Enfim: tal ciência é possível? Ou não seria mais correto falar-se em saber ou conhecimento? O conceito de ciência que virou noção assim, não é uma herança perdida? Com a desagregação das experiências

estruturalista e pós-estruturalista, o ingresso num período, mais que cético, pessimista, se asseverou inevitável. E tal inevitabilidade explica, não somente a renúncia de muitos historiadores e cientistas sociais em defenderem a cientificidade de tais disciplinas, como também a aceitação por parte considerável deles do pressuposto obscurantista das “inutilidades” das mesmas. Sem dúvida alguma tal fenômeno não ocorre como uma linha reta. É uma experiência muitas vezes tortuosa e nem sempre seus protagonistas se acham totalmente consciente sobre as conseqüências epistemológicas e ontológicas que seus “novos” pressupostos carregam.

Mas acreditamos que a reflexão científica é também a do bom senso. A história é uma totalidade. Mas nós, inclusive porque não vivemos mais que 120 anos, somos uma parcialidade. Portanto, o mais que podemos aspirar é sermos totalizantes à partir de uma perspectiva. Assim, quando Marx disse o que disse de conhecer uma única ciência, quis, ao mesmo tempo, enfatizar a totalidade e relativizar a inevitável divisão social do trabalho entre as nossas disciplinas e, portanto as suas naturezas científicas relativas. Como os sociólogos poderiam estudar outras coisas senão a história. Sim, o fazem como se fossem economistas reduzindo os processos sociais às suas categorias mais lógicas e eliminando suas riquíssimas mediações. Isto deu a ilusão aos diversos sociólogos de serem mais “cientistas” que os historiadores, porque pareciam desembocar sempre numa “teoria” geral

e que realmente esta era a finalidade de seu labor. Em compensação, os historiadores se acreditaram mais científicos porque colhiam com suas narrativas mais "fatos", quer dizer mais elementos da historicidade, o que lhes faziam, no entanto, perder de vista o movimento de totalização que só é possível através da teoria, que por sua vez só é possível eliminando muitas categorias "menores".

Ao admitirmos isto só temos uma saída ao "xeque mate": admitirmos a inevitável interpenetração das partes no todo e, portanto, a sua "transparcialidade" ou o que me parece melhor, a sua "transdisciplinaridade". O objeto do sociólogo, do antropólogo, do economista, do etnólogo, do arqueólogo, e mesmo o do físico e do químico, é a história, assim como o dos historiadores. Por que, como dizia Prigogine, não é possível eliminar a historicidade mesmo do universo. Uma estrela é como um ovo frito: depois de explodir jamais voltará ao seu estado original. É por isto que o homem não entra duas vezes no mesmo rio. Não somos os únicos a não reconhecer o estatuto dos especialistas, pois não existe ciência do particular. Os *especialismos* só fazem sentido guardando a perspectiva totalizante e neste sentido, para serem realmente científicos só podem ser especialismos de "generalistas".

Todavia se isto pode ser um bom começo, não é suficiente, mesmo porque mais uma vez não existe ciência do particular. A grandeza de Marx reside em que pôde – antes,

durante e após os pensadores de seu tempo - pensar o método à partir de sua dimensão universalizante exatamente porque o método é a parte epistemológica de uma ontologia que é total. Ele, o método, é assim, também, a parte mais abstrata da elaboração científica e epistemológica - se não se quer entender o método apenas como técnica de manipulação das fontes - e desse modo, ele é epistemologicamente o mesmo, diferindo apenas quanto ao método de exposição. A exposição do sociólogo é lógico-dedutiva, a do historiador é lógico-indutiva e a de Marx é indutiva e dedutiva, sendo apenas lógico-dedutiva à depender do objeto sobre o qual se debruça.

Aquilo que deveria mais interessar um pensador e um pesquisador deste mundo é estar consciente das conexões de suas disciplinas científicas com o mundo que é o deles de hoje e se eles não pudessem dar sempre respostas acabadas que pudessem, pelo menos, fazer as melhores perguntas eliminando aquelas que nos afugentam dos núcleos duros e de suas derivações imediatas. Enxergar as dimensões das crises exige isto!